

Estudo Técnico Preliminar

1. Informações Básicas

Número do processo: 11128.720875/2022-25

2. Introdução

A Instrução Normativa 40, de 22 de maio de 2020, dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital. Esse é um dos pontos inovadores da norma, pois até então não havia regulamentação de procedimentos para elaborar ETP relativo a bens e obras.

O escopo deste Estudo Técnico Preliminar - ETP é descrever a necessidade da Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto de Santos com relação à aquisição pretendida, que consiste em combustível náutico para as embarcações oficiais da Instituição.

3. Descrição da necessidade

A missão da Receita Federal do Brasil (RFB) é “administrar o sistema tributário e aduaneiro, contribuindo para o bem-estar econômico e social do país.” No intuito de cumpri-la, conta com os servidores da “Carreira Tributária e Aduaneira da Receita Federal do Brasil”, que, na forma da legislação vigente, exercem as atividades que lhes competem.

Dentre os Processos de Trabalho executados pela RFB estão a fiscalização e o combate aos ilícitos tributários e aduaneiros, que abrange, por sua vez, outros processos importantes, como, por exemplo, a realização de ações de vigilância e repressão. Tais ações estão relacionadas às operações de repressão ao contrabando e descaminho (realizadas tão somente pela RF ou em parceria com outros órgãos), à pesquisa e seleção de alvos e, ainda, ao monitoramento dos Recintos Alfandegados de zona primária e secundária, das zonas de vigilância aduaneira e das zonas primárias.

Para garantir a operacionalização integral dessas atividades finalísticas da Administração de forma contínua, eficiente e confiável, faz-se necessário disponibilizar recursos imprescindíveis ao seu pleno funcionamento. Dentre os recursos utilizados pela ALF/STS no desempenho da atividade de vigilância e repressão aduaneira, estão 2 (duas) lanchas Shaefer Phantom e 1 (um) bote de apoio, os quais, operando na área de jurisdição desta Alfândega, proporcionam maior mobilidade e agilidade aos agentes públicos responsáveis pela vigilância das embarcações mercantes que operam no Porto de Santos.

Nesse sentido, de acordo com o Documento de Formalização da Demanda, encaminhado pela Equipe de Operações Especiais Marítimas (EQPEM) desta Alfândega, é necessária a disponibilidade contínua de abastecimento de combustível marítimo, objeto de fundamental importância para o bom desempenho das operações desenvolvidas com o uso dessas embarcações, proporcionando prontidão, amplitude e agilidade à atividade de vigilância e repressão aduaneira no Porto de Santos. Os combustíveis requeridos são os seguintes:

1 – Óleo Diesel Marítimo Premium (Óleo Diesel Marítimo A – DMA): 60.000 Litros

2 – Gasolina Comum: 50 litros

A respeito do objeto dessa contratação, é importante mencionar que compete à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP – regular as atividades relativas ao abastecimento nacional de combustíveis, definido, na Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, como de utilidade pública, o que se exerce, entre outros, por meio do sistema de outorga de autorizações.

Nesse sentido, nos termos do art. 6º da Resolução nº 41, de 5 de novembro de 2013:

Art. 6º A atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos somente poderá ser exercida por pessoa jurídica constituída sob as leis brasileiras que atender, em caráter permanente, aos seguintes requisitos:

I - possuir autorização de revenda varejista de combustíveis automotivos outorgada pela ANP; e

II - atender, em caráter permanente, ao disposto nesta Resolução.

III - comprovar a contratação do laboratório credenciado de sua região, no âmbito do Programa de Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis (PMQC), para realização das análises físico-químicas indicativas da qualidade dos combustíveis líquidos revendidos. (Inciso acrescentado pela Resolução ANP Nº 790 DE 10/06 /2019).

Os combustíveis automotivos, nos termos do art. 4º, I, da referida Resolução, compreendem os seguintes: etanol hidratado combustível (ou aditivado); etanol hidratado combustível Premium (ou aditivado); gasolina comum tipo C (ou aditivada); gasolina Premium tipo C (ou aditivada); óleo diesel B S500 (ou aditivado); óleo diesel B S10 (ou aditivado); óleo diesel marítimo A; ou gás natural veicular (GNV); (Redação dada pela Resolução ANP nº 57/2014).

Ressalta-se que a Resolução ANP nº 41/2013 passou por diversas atualizações:

- Resolução Nº 858/2021
- Resolução Nº 855/2021

- Resolução Nº 790/2019
- Resolução Nº 765/2018
- Despacho Nº 700/2018
- Despacho Nº 671/2018
- Resolução de Diretoria RD Nº 562/2017
- Resolução Nº 9/2016
- Resolução de Diretoria RD Nº 39/2015
- Resolução Nº 57/2014
- Resolução Nº 35/2014
- Resolução Nº 20/2014

A versão atualizada da norma foi obtida no endereço <<https://atosoficiais.com.br/anp/resolucao-n-41-2013?origin=instituicao&q=41>> e será anexada aos autos do processo.

Atualmente, o abastecimento das embarcações em operação nesta Alfândega se dá por meio da Ata de Registro de Preços ALF/STS nº 01/2021, decorrente do Pregão Eletrônico ALF/STS nº 02/2021, com o término de sua vigência previsto para o dia 09 de setembro de 2022.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
DIREP/EQPEM	Alysson Ribeiro Lopes

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

Os requisitos necessários à escolha da solução são os seguintes:

1. A empresa deverá fornecer o Óleo Diesel Marítimo A – DMA – conforme especificações da Resolução ANP nº 52/2010, com alto índice de cetano (mínimo de 50) e a concentração de enxofre máxima de 10 ppm (partes por milhão) – com qualidade similar ou superior à do óleo diesel “VERANA”, da Petrobras S/A;

A Resolução ANP nº 52/2010 estabelece as especificações dos combustíveis aquaviários comercializados pelos diversos agentes econômicos em todo o território nacional. A versão atualizada desta Resolução pode ser obtida no endereço eletrônico: <<https://atosoficiais.com.br/anp/resolucao-n-52-2010?origin=instituicao&q=52>> e será anexada aos autos do processo.

A adoção do Óleo Diesel “VERANA”, da Petrobras S/A, como parâmetro de qualidade mínima para o combustível a ser adquirido tem como motivação as suas características técnicas (disponíveis no sítio eletrônico <<https://petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/produtos/maritimos/diesel-verana>>), as quais proporcionam maior desempenho e conservação dos motores das embarcações, menor emissão de poluentes no meio ambiente e maior rapidez nos abastecimentos, pela redução da formação de espuma. Tal combustível é o atualmente utilizado nas embarcações da ALF/STS e tem apresentado

excelentes resultados nas atividades desenvolvidas pelos seus operadores. Seu padrão de qualidade representa a melhor opção para o abastecimento das embarcações utilizadas pela ALF/STS, patrimônio público sob sua responsabilidade de guarda e conservação.

1. A gasolina comum, para ser utilizada no bote da embarcação, deverá estar de acordo com as especificações da Resolução ANP nº 807/2020, especialmente quanto a quantidade de etanol e chumbo permitidos. A Resolução ANP nº 807/2020, que estabelece a especificação da gasolina de uso automotivo e as obrigações quanto ao controle da qualidade a serem atendidas pelos agentes econômicos que comercializarem o produto em todo o território nacional, pode ser obtida no endereço eletrônico: <<https://atosoficiais.com.br/anp/resolucao-n-807-2020-estabelece-a-especificacao-da-gasolina-de-uso-automotivo-e-as-obrigacoes-quanto-ao-controle-da-qualidade-a-serem-atendidas-pelos-agentes-economicos-que-comercializarem-o-produto-em-todo-o-territorio-nacional?origin=instituicao>> e será anexada aos autos do processo.
2. A empresa deverá apresentar autorização de revenda varejista de combustíveis, outorgada pela ANP, nos termos da Resolução ANP nº 41, de 5 de novembro de 2013. Tal exigência se justifica por assegurar a qualidade e o adequado desempenho dos combustíveis.
3. A empresa deverá comprovar qualificação técnica por meio de declaração firmada pelo licitante de que possui equipamentos em plenas condições de funcionamento e atendimento à estratégia de fornecimento estabelecida no item 6 do Termo de Referência, conforme modelo do Anexo IV do Edital.
4. A empresa deverá observar as normas legais de segurança a que estão sujeitas a atividade de distribuição dos produtos contratados.
5. A empresa deverá possuir posto de combustível ou pier flutuante, localizado nos Municípios de Santos ou Guarujá, a uma distância máxima de 10 quilômetros (5,4 milhas náuticas), por mar, a partir do ponto de estacionamento das embarcações, que possibilite a atracação destas;

De acordo com o inciso XIV do art. 4º da Resolução ANP nº 41/2013, considera-se posto revendedor flutuante:

estabelecimento localizado em embarcação sem propulsão, que opera em local fixo e determinado pela Capitania dos Portos que revende, a varejo, combustíveis automotivos e abastece tanque de consumo de embarcações marítimas, lacustres e fluviais ou recipientes que observem o disposto no parágrafo único do art. 17 e o art. 34-A desta Resolução; óleo lubrificante acabado envasado e a granel; aditivo envasado para combustíveis líquidos; aditivo envasado para óleo lubrificante acabado; graxas lubrificantes envasadas e querosene iluminante a granel ou envasado; (Redação dada pela Resolução ANP nº 57/2014)

1. A empresa deverá manter o posto de combustível aberto durante todos os dias da semana, em horário comercial (de 8h a 18h), durante todo o ano.

2. O prazo de vigência da contratação será de 12 meses, que consiste no prazo máximo de validade da Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 12 do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013.

Adicionalmente, cumpre esclarecer que o Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses, de acordo com o art. 3º do referido Decreto:

- I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;
- II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;
- III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou
- IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

No caso da contratação pretendida, pode-se dizer que estão caracterizadas as hipóteses tratadas nos incisos I, II e IV.

6. Levantamento de Mercado

Para a aquisição de combustíveis o mercado oferece como possibilidades:

1. A contratação direta junto a postos de combustíveis: a partir da estimativa de consumo pode ser realizada licitação com o critério de julgamento do menor preço ofertado por item ou o maior desconto sobre o preço praticado em cada região, considerando a tabela divulgada pela ANP — Agência Nacional de Petróleo. Frise-se que, no caso do combustível marítimo, a ANP não realiza a divulgação desse preço médio, de modo que se torna inviável a adoção do critério de julgamento por maior desconto, entretanto, tal fato não inviabiliza a realização de processo licitatório para o objeto.
2. O outro modelo usual no mercado é o de contratação de empresa especializada no gerenciamento de rede credenciada para abastecimento das embarcações, que visa atender à demanda da Administração no local em que a necessidade surgir. Neste modelo de contrato, determinada empresa gerencia para terceiros o serviço de abastecimento mediante cartões personalizados com senhas individuais, que podem ser utilizados em qualquer posto da rede credenciada. Ao final do período contratualmente estipulado (mensalmente), a contratada expedirá o faturamento dos abastecimentos realizados. A Administração pagará à gerenciadora, não integrando o contrato administrativo as obrigações desta para

com os postos de combustíveis (rede credenciada), que serão remunerados com base em contrato de direito privado firmado com a empresa de gerenciamento. Assim, a Administração transfere à empresa especializada, vencedora da licitação, o gerenciamento informatizado do fornecimento de combustíveis para abastecimento de sua frota.

Embora o modelo de contratação de empresa responsável pelo gerenciamento de rede credenciada para abastecimento seja bastante interessante, tendo sido amplamente utilizado no caso do fornecimento de combustíveis para a frota de veículos terrestres, no caso do combustível náutico há algumas dificuldades na implantação. Por exemplo: a Alfândega dispõe de apenas duas embarcações, as quais não operam simultaneamente, de modo que não se considera necessário arcar com o custo de um serviço de gerenciamento, pois a própria Administração consegue controlar os quantitativos abastecidos; além disso, as embarcações não operam em locais muito distantes, navegando apenas no entorno no Porto de Santos, de modo que não é necessário (e nem viável conforme será mencionado ainda neste Estudo) que ocorra o abastecimento em postos localizados em outros municípios.

Nesse sentido, a solução que se propõe para atender a demanda desta Alfândega é a aquisição dos combustíveis diretamente do posto de abastecimento, o qual será definido mediante procedimento licitatório.

Realizou-se, ainda, um levantamento dos postos da Região que possuem o combustível requerido. Pode-se perceber que são poucos os postos de abastecimento que oferecem o combustível náutico e as condições para o abastecimento de embarcações. E dentre esses postos encontrados, a maior parte não atende aos requisitos da licitação por estarem em locais de difícil acesso às embarcações da Alfândega. O resultado da pesquisa encontra-se anexo a este ETP.

7. Descrição da solução como um todo

A solução proposta é a aquisição dos combustíveis diretamente do posto marítimo de abastecimento, definido através de procedimento licitatório. A licitação será realizada em grupo único, formado por 2 (dois) itens – óleo diesel marítimo e gasolina comum – conforme indicará o Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem. As justificativas para o não parcelamento do objeto encontram-se em tópico específico deste estudo preliminar (item VII).

Os materiais a serem adquiridos caracterizam-se como “bem comum”, uma vez que, nos termos do parágrafo único do Art. 1º da Lei nº 10.520/2002, seus padrões de desempenho e qualidade são objetivamente definidos pelo Edital deste certame, por meio de especificações usuais no mercado. Dessa forma, a modalidade de licitação será o pregão.

A empresa deverá fornecer o Óleo Diesel Marítimo A – DMA – conforme especificações da Resolução ANP nº 52/2010, com alto índice de cetano (mínimo de 50) e a concentração de enxofre máxima de 10 ppm (partes por milhão) – com qualidade similar ou superior à do óleo diesel “VERANA”, da Petrobras S/A.

A gasolina comum, para ser utilizada no bote da embarcação, deverá estar de acordo com as especificações da Resolução ANP nº 807/2020, especialmente quanto a quantidade de etanol e chumbo permitidos.

Os fornecimentos deverão ser realizados em posto marítimo de abastecimento, o qual, para permitir a viabilidade dessas operações, deverá operar nos municípios de SANTOS-SP e/ou GUARUJÁ-SP, uma vez que as vias atualmente existentes não permitem às embarcações operadas o acesso ao Município de São Vicente.

Isso se justifica pelo fato de que, para acessar o município de São Vicente, as embarcações necessitam passar por debaixo da Ponte Pênsil, entretanto, as lanchas da RFB não conseguem passar, especialmente quando a maré está alta. Eventual desvio, ou adoção de rota de abastecimento contemplando locais mais distantes, tornaria inviável a operação, pois a grande quantidade de combustível que se gastaria apenas para realizar esse deslocamento para abastecer as lanchas tornaria o custo muito elevado, sem contar o dispêndio de tempo da equipe, que precisa estar de prontidão caso haja algum evento (denúncia, por exemplo) ou outras intercorrências.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

1 – Óleo Diesel Marítimo Premium: 60.000 Litros

2 – Gasolina: 50 litros

O quantitativo do óleo diesel foi estimado com base nos consumos dos anos anteriores, no consumo médio dos motores das embarcações (que pode chegar a 400 litros por dia) e na possibilidade de operação simultânea das 2 lanchas (atualmente opera-se com 1 das lanchas por dia).

O grupo marítimo participa de operações conjuntas com a Marinha, Polícia Federal e Polícia Militar, que podem incrementar consideravelmente o gasto de combustível, decorrente do aumento do número de horas de navegação por dia.

Quanto ao barco de apoio, cumpre informar que é pouco utilizado nas operações, o que justifica o baixo consumo de gasolina comum.

Conforme consta no DFD, o histórico de consumo do óleo diesel é o seguinte:

Histórico de Consumo							
01 - Óleo Diesel							
CONSUMO MENSAL - LITROS							

2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
8,107	1017,732	2070,841	750	1800	2018,591	3250	1950
0,207	1471,949	1340,942	1400	3450	2450	2683,231	800
9,208	2044,276	3242,257	1960	1700	900	1500	3750
7,719	966,918	436,183	1985,989	2917	870,321	2946,981	650
3,275	2730	2811,269	800	1800	1850	1900	2020,13
,819	691,377	1426,927	700	2750	2650	2100	
4,059	1805,274	2401,879	1800	1142,34	1700	1700,21	
5,109	2100,802	2358,467	2100	1600	2800	2600	
4,599	483,431	1150,71	1000	1849,209	3100	4458,93	
4,258	920,628	2700	2530	4250	1600,23	1400	
9,478	1270,832	1050	700	2379,66	3245,951	1750	
5,128	2143,171	950	2027	2050	2449,321	3250	
52,97	17.646,39	21.939,48	17.752,989	27.688,209	25.634,414	29.539,35	9.170,13

CUSTO MENSAL E TOTAL(R\$)

2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
38,53	3.548,83	7.351,47	2.662,50	9344,2	11597,25	18695,75	14466,85
31,69	5.082,47	4.760,33	4.970,00	17254	13906,5	16346,87	5935,2

91,02	7.199,65	11.510,00	6.958,00	8613,75	4922,1	9738	28930,2
17,57	3.248,87	1.548,44	7.050,26	15223,51	4529,15	19131,8	5193,5
50,78	9.790,90	9.980,00	2.840,00	9663,15	8878,15	12561,8	16567,69
22,62	2.530,44	5.065,59	2.485,00	14477,75	12198,9	14109,9	
70,84	6.434,71	8.526,67	6.390,00	6059,04	8086,1	11452,22	
37,86	7.480,35	8.372,55	7.455,00	8386,1	13972	17637,4	
39,01	1.774,19	4.058,02	3.550,00	9642,23	15810	30231,07	
32,54	3268,23	9585	12.122,00	24278,15	8127,57	9677,2	
17,22	4.562,48	3.737,50	3.709,30	13204,73	16795,6	12944,75	
21,60	7.608,23	3.372,50	10.740,81	11554,95	13479,28	24040,25	
21,28	62.529,35	77.858,07	70.932,86	147.701,56	132.302,6	196.567	71.093,4

Ressalta-se que as quantidades constantes nos itens 1 e 2 são estimativas e, conforme mencionado, estão sujeitas às variações decorrentes das operações marítimas efetuadas pela ALF/STS.

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 506.276,75

A ANP possui um sistema de levantamento de preços (<https://preco.anp.gov.br>) no qual realiza a divulgação sintética dos preços praticados por diversos postos, em diversos municípios brasileiros, por determinados períodos.

Entretanto, o óleo diesel marítimo premium, objeto principal do processo licitatório, não está contemplado nesse sistema.

anp.gov.br/include x +

https://preco.anp.gov.br/include/Resumo_Semanal_Index.asp

anp Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis

CSA SLP SISTEMA DE LEVANTAMENTO DE PREÇOS

Você está em >

De 29/05/2022 a 04/06/2022

☐ BRASIL ☐ REGIÕES ☐ ESTADOS ☒ MUNICÍPIOS ☐ CAPITAIS

▶ **Selecione o Estado**

Sao Paulo

▶ **Selecione o Combustível**

Glp

Gnv

Gasolina Comum

Gasolina Aditivada

Óleo Diesel

Óleo Diesel S10

Etanol Hidratado

Processar

O período indicado representa a semana de referência do dado pesquisado e disponibilizado pela ANP, respeitando o critério histórico de divulgação e a metodologia da pesquisa.
 Não houve pesquisa de preços entre 23/8/2020 e 17/10/2020.
 Para mais informações, acesse <https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/precos-e-defesa-da-concorrenca/precos/precos-revenda-e-de-distribuicao-combustiveis/levantamento-de-precos-de-combustiveis>

Desse modo, embora o ideal fosse a determinação de um preço de referência com base nessas tabelas divulgadas pela ANP, o que permitiria, inclusive, realizar o julgamento da licitação pelo critério do maior desconto, verifica-se que, nesse caso concreto, não será possível a adoção de tal procedimento.

Assim, em cumprimento à Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 05 de agosto de 2020, foi realizada pesquisa de preços dos itens a serem adquiridos para a obtenção do preço médio de referência a ser adotado na licitação, com base nos seguintes parâmetros:

- 1) Painel de Preços do Governo Federal na Internet (<https://paineldeprecos.planejamento.gov.br/>): A pesquisa retornou, para o ano de 2022, uma contratação realizada no Estado de SP no mês de janeiro (Ministério dos Transportes / Autoridade Portuária de Santos), para óleo diesel marítimo premium. Entretanto, conforme aponta o IBGE, o IPCA (Índice de Preço ao Consumidor) do óleo diesel acumulado até maio desse ano chegou a 28,49%, dessa maneira, tendo em vista o aumento dos preços ao longo dos meses, não se considera prudente utilizar valores de janeiro de 2022 para compor o preço de referência. Para o ano de 2021 foram encontradas apenas contratações realizadas em outro Estado. Também, em função da alta variação de preços de região para região, estas contratações não servirão de base para compor o preço de referência;
- 2) Portal da Agência Nacional do Petróleo (ANP) na Internet (www.anp.gov.br): A pesquisa retornou valores médios levantados para ÓLEO DIESEL e para GASOLINA COMUM, junto a postos terrestres da Região; e
- 3) Fornecedores de combustível marítimo da Região: foram consultados vários postos de abastecimento marítimo do Estado de São Paulo, porém apenas 2 (dois) forneceram orçamentos específicos para o ÓLEO DIESEL MARÍTIMO PREMIUM e para a GASOLINA COMUM. Apesar das reiteradas tentativas de contato por e-mail

com os outros postos, não obtivemos resposta. A Série de preços coletados encontra-se na tabela abaixo:

ORÇAMENTOS PARA ÓLEO DIESEL MARÍTIMO "PREMIUM" E GASOLINA COMUM					
ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE (litros)	PREÇO UNITÁRIO (por litro)		PREÇO MÉD
			Marina Astúrias (Sion Posto)	late Clube de Santos (Tanser)	
1	ÓLEO DIESEL MARÍTIMO PREMIUM, com qualidade igual ou superior à do óleo Diesel VERANA, da Petrobras.	60000	R\$ 8,430	R\$ 8,430	R\$ 8,430
PREÇO TOTAL DO ÓLEO DIESEL (R\$)			(60.000 x preço médio)		R\$ 505.800,00
2	GASOLINA COMUM	50	R\$ 9,770	R\$ 9,300	R\$ 9,535
PREÇO TOTAL DA GASOLINA (R\$)			(50 x preço médio)		R\$ 476,75
PREÇO TOTAL (R\$)					R\$ 506.276,75

Porém, também não se considera ideal que o preço de referência seja somente este pesquisado junto aos fornecedores da região, tendo em vista as variações de preços às quais está sujeito o setor de fornecimento de combustíveis. Nesse sentido, o valor de referência praticado neste certame terá como parâmetros:

1. o preço médio praticado para o ÓLEO DIESEL COMUM e para a GASOLINA COMUM, na Cidade do Guarujá-SP (conforme a localidade dos postos fornecedores pesquisados), divulgados pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) na semana que antecede a licitação ou o abastecimento;
2. orçamentos obtidos junto a fornecedores da região que comercializam os combustíveis objeto da licitação.

Para isso, estabeleceu-se uma razão entre os preços divulgados pela ANP (para o óleo diesel comum e gasolina comum, no período de 12/06/2022 e 18/06/2022) e os valores praticados no mercado, na região em que ocorrerá o fornecimento, considerando-se o tipo de combustível a ser contratado (óleo diesel marítimo premium e gasolina comum, no período de 13/06/2022 a 17/06/2021). Adotou-se a média dos preços obtidos na pesquisa junto aos fornecedores.

Sendo assim, com base nas informações obtidas no sítio da ANP e nos orçamentos de empresas do ramo, foram obtidos os seguintes índices:

ÍNDICE APLICÁVEL PARA AJUSTE DE PREÇOS – ÓLEO DIESEL MARÍTIMO PREMIUM					
MUNICÍPIO	Média dos Preços Pesquisados (R\$)	Preço Médio Divulgado pela ANP (R\$) – 12/06/22 a 18/06/22	Razão	ÍNDICE DE AJUSTE	Diferença (%)
Guarujá-SP	R\$ 8,43	R\$ 7,09	8,43/7,09	1,1890	18,90%

ÍNDICE APLICÁVEL PARA AJUSTE DE PREÇOS – GASOLINA COMUM					
MUNICÍPIO	Média dos Preços Pesquisados (R\$)	Preço Médio Divulgado pela ANP (R\$) – 12/06/22 a 18/06/22	Razão	ÍNDICE DE AJUSTE	Diferença (%)
Guarujá-SP	R\$ 9,535	R\$ 7,316	9,535 / 7,316	1,3033	30,33%

Cumpra destacar o seguinte:

- 1) O índice calculado objetiva ajustar os preços médios divulgados pela ANP aos preços médios calculados por meio dos orçamentos obtidos pela ALF/STS junto a fornecedores locais;
- 2) Os orçamentos obtidos junto aos fornecedores da região serão anexados aos autos do processo;
- 3) Os preços médios disponibilizados pela ANP se referem aos praticados para diesel comum e gasolina comum, o que reforça a necessidade de se adotar o índice de ajuste para sua aplicação ao preço do combustível que será licitado; e
- 4) Os preços médios disponibilizados pela ANP foram obtidos por meio do endereço eletrônico na internet: <https://preco.anp.gov.br> para o município do Guarujá, considerando-se o Resumo I – Semanal, no período de 12/06/2022 a 18/06/2022.



Agência Nacional
do Petróleo,
Gás Natural e Biocombustível



SLP
SISTEMA DE LEVANTAMENTO DE PREÇOS

Você está em »

Síntese dos Preços Praticados - GUARUJÁ

Resumo I - OLEO DIESEL R\$/l

Período : de 12/06/2022 a 18/06/2022

RELAÇÃO DE POSTOS PESQUISADOS					
RAZÃO SOCIAL	ENDEREÇO	BAIRRO	BANDEIRA	PREÇO VENDA	DATA COLETA
Auto Posto Beach Blue Ltda	Avenida Santos Dumont, 555	Vila Santo Antonio	BRANCA	7,090	14/06/2022

PREÇO VENDA

MÉDIA

7,090

DESVIO PADRÃO

0,000

VALOR MÍNIMO

7,090

VALOR MÁXIMO

7,090

Exportar




SLP
SISTEMA DE LEVANTAMENTO DE PREÇOS

Você está em »

Síntese dos Preços Praticados - GUARUJA
Resumo I - GASOLINA COMUM R\$/l
Período : de 12/06/2022 a 18/06/2022

RELAÇÃO DE POSTOS PESQUISADOS					
RAZÃO SOCIAL	ENDEREÇO	BAIRRO	BANDEIRA	PREÇO VENDA	DATA COLETA
Auto Posto Tortugas Ltda	Avenida Dom Pedro I, 1971	Enseada	BRANCA	6,890	14/06/2022
Centro Automotivo Mar Azul Ltda	Avenida Dom Pedro I, 1887	Enseada	IPIRANGA	6,890	14/06/2022
Carrefour Comercio e Industria Ltda	Avenida Dom Pedro I, 2131 Setor I	Jardim Belmar	IPIRANGA	6,990	14/06/2022
Auto Posto Beach Blue Ltda	Avenida Santos Dumont, 555	Vila Santo Antonio	BRANCA	6,990	14/06/2022
Companhia Brasileira de Distribuicao	Avenida Dom Pedro I, 1711 Lote 9 Quadraf	Enseada	IPIRANGA	6,990	14/06/2022
Auto Posto Ferry Boat do Guarujá Ltda	Avenida Doutor Adhemar de Barros, 1500	Jardim Santa Maria	BRANCA	6,990	14/06/2022
Centro Automotivo By Grace Ltda	Avenida Adhemar de Barros, 586	Vila Santo Antonio	BRANCA	6,990	14/06/2022
Auto Posto La Caniza Ltda	Avenida Adhemar de Barros, 2795	Vila Santa Rosa	RAIZEN	7,490	14/06/2022
Novo Porto Auto Posto Ltda	Avenida Dom Pedro I, 941	Centro	VIBRA ENERGIA	7,490	14/06/2022

Exportar

PREÇO VENDA	
MÉDIA	7,316
DESVIO PADRÃO	0,469
VALOR MÍNIMO	6,890
VALOR MÁXIMO	8,390

Tendo sido estabelecido o índice, conforme parâmetros acima, será construído o preço de referência da seguinte forma:

a) para o óleo diesel marítimo: a base de cálculo será igual ao preço médio do óleo diesel comum, divulgado no site da ANP (<https://preco.anp.gov.br/>) para o município do Guarujá-SP, **na semana anterior à da licitação ou à do abastecimento** (Resumo I – Semanal), multiplicado por **1,1890** (índice de ajuste).

Base de cálculo do óleo diesel marítimo:

preço médio do óleo diesel comum divulgado na tabela ANP na semana anterior X **1,1890**

b) para a gasolina: a base de cálculo será igual ao preço médio da gasolina comum, divulgado no site da ANP (<https://preco.anp.gov.br/>) para o município do Guarujá-SP, **na semana anterior à da licitação ou à do abastecimento** (Resumo I – Semanal), multiplicado por **1,3033** (índice de ajuste).

Base de cálculo da gasolina comum:

preço médio da gasolina comum divulgado na tabela ANP na semana anterior X **1,3033**

Observação importante: Caso não conste no sítio da ANP o valor praticado para determinado combustível na semana anterior à licitação, serão adotadas as “Últimas Coletas” divulgadas pela ANP (<https://preco.anp.gov.br/>), considerando-se o município do Guarujá.

A presente metodologia para a determinação do Preço de Referência, assim como para o valor a ser adotado pela administração no decorrer da execução do objeto, tem como objetivo a obtenção de um parâmetro oficial proporcionado pelos preços médios do combustível comum, divulgados pela ANP para Santos-SP e/ou Guarujá-SP. Além

disso, por meio da aplicação dos índices acima, a Administração objetiva respeitar as condições “de mercado” regionais, apresentadas pelos orçamentos coletados na fase prévia ao Pregão, ajustando os preços daquela Agência aos praticados na região onde ocorrerá a contratação, para o tipo e qualidade do combustível requerido, em função de sua utilização.

Cumprir destacar que os valores resultantes da aplicação da metodologia acima referida não poderão ultrapassar os valores estipulados nas bombas em operação no estabelecimento do fornecedor, quando dos abastecimentos, sendo que, nesse caso, serão considerados para cobrança/pagamento os valores das bombas.

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A opção pelo agrupamento dos itens justifica-se por razões técnicas, econômicas e logísticas, conforme detalhadas a seguir.

A gasolina comum (item 2) é utilizada para o abastecimento do bote auxiliar, que tem a função de navegar pequenos trechos em situações eventuais, sendo pouco utilizado nas operações, de modo que o consumo do combustível é baixo e esporádico. Tendo em vista que a quantidade e o valor estimado para esse item são pequenos, e que são requeridas instalações específicas – posto flutuante – para o abastecimento (razões técnicas), o deslocamento do bote para abastecimento em posto distinto das lanchas é inviável operacionalmente (razões logísticas) e resultaria na elevação de custos (razões econômicas).

Ressalta-se que o agrupamento dos itens em lote único traduz-se no fornecimento dos dois tipos de combustível por uma única empresa, porém, o caráter competitivo do certame não ficará comprometido, uma vez que os postos especializados estão habilitados a fornecer a totalidade dos itens.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Além do combustível apropriado, o pleno desempenho das lanchas e do bote de apoio utilizados nas atividades de vigilância e repressão realizadas pela ALF/STS requer, ainda, serviços de manutenção, os quais são realizados pela empresa Helecape – Serviços Navais Ltda - ME, nos termos do Contrato 05/2019, decorrente do Pregão ALF/STS nº 04/2018, bem como os serviços de garageamento, realizados pela empresa Supmar Suprimentos Marítimos LTDA, nos termos do Contrato 06/2022, decorrente do pregão nº 04/2022.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

De acordo com o Plano Estratégico Institucional 2021/23, A Receita Federal do Brasil subsidia o Poder Executivo Federal na formulação das políticas tributária e aduaneira brasileiras, previne e combate à sonegação fiscal, a “lavagem” ou ocultação de bens,

direitos e valores, o contrabando, o descaminho, a contrafação, a pirataria, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o tráfico internacional de armas de fogo e munições e outros ilícitos aduaneiros.

Um dos objetivos estratégicos definidos para o período de 2021-2023 consiste em “ampliar a segurança e agilidade no comércio exterior”: a segurança e a agilidade no comércio exterior são fatores críticos para a prosperidade do país. Em um mundo sujeito às mudanças que vêm ocorrendo no comércio internacional, no fluxo de viajantes e nos crimes transnacionais, é imprescindível o empenho da Instituição em ampliar o investimento em tecnologia, propiciar celeridade no fluxo das importações e exportações, combater os ilícitos internacionais e promover a intensa troca de informações para a proteção da sociedade.

Nesse contexto, inserem-se algumas das Iniciativas Nacionais elencadas no Manual de Execução Orçamentária 2022, como as “Atividades Náuticas” da SUANA, na qual se insere, por sua vez, a contratação do combustível para as embarcações a que se refere este Estudo Técnico Preliminar.

Frise-se que o valor estimado da contratação está contemplado no Planejamento Anual de Compras de 2022 da ALF/STS:

35	Iniciativa Estratégica	Material	ÓLEO DIESEL	461555	R\$ 360.000,00	01/01/2022	Incluído no PAC	ALF STS
----	------------------------	----------	-------------	--------	----------------	------------	-----------------	---------

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Com a contratação de empresa responsável pelo fornecimento de combustível para as embarcações da ALF/STS, através de Ata de Registro de Preços válida pelo período de 1 (um) ano, espera-se o atendimento tempestivo das demandas do Grupo de Operações Especiais Marítimas. A atuação desse Grupo é essencial para a realização de processos de trabalho da RFB relacionados à fiscalização e combate aos ilícitos tributários e aduaneiros, como, por exemplo, a realização de ações de repressão ao contrabando e descaminho (realizadas tão somente pela RF ou em parceria com outros órgãos), monitoramento dos Recintos Alfandegados de zona primária e secundária, das zonas de vigilância aduaneira e das zonas primárias, entre outras.

Outro resultado importante pretendido com a contratação é a redução do número de processos licitatórios e de processos de dispensa para aquisição constante de combustíveis, que é uma das vantagens da adoção do Sistema de Registro de Preços para a compra dos combustíveis demandados.

14. Providências a serem Adotadas

Não se vislumbra a necessidade de tomada de providências de adequações para a solução a ser contratada e o serviço prestado.

15. Possíveis Impactos Ambientais

De acordo com a Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, “as especificações para a aquisição de bens, contratação de serviços e obras por parte dos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional deverão conter critérios de sustentabilidade ambiental, considerando os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias-primas”.

Nesse sentido, foi realizada consulta ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, disponível no endereço <<https://www.gov.br/agu/pt-br/comunicacao/noticias/AGUGuiaNacionaldeContrataesSustentveis4edio.pdf>>, e foi verificado que o objeto que se pretende contratar não possui parâmetros de sustentabilidade específicos para serem aplicados no processo licitatório em questão, além dos exigidos pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) aplicados aos postos de combustíveis e aos combustíveis comercializados. Assim, ao se exigir que a contratada esteja de acordo com as normas da agência reguladora, já estão satisfeitas as condições de sustentabilidade aplicáveis a esse objeto.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

O presente planejamento está em conformidade com os requisitos administrativos necessários ao cumprimento do objeto e atende adequadamente às demandas de negócio formuladas.

17. Responsáveis

À consideração superior.

CAROLINA PINTO LOUZA

Grupo de Logística

ALYSSON RIBEIRO LOPES

Área Técnica (Requisitante)

De acordo. Encaminhe-se ao(a) Sr(a). Ordenador(a) de Despesas da Alfândega do Porto de Santos para apreciação.

RAFAEL ABDALA SILVA E SILVA

Chefe do SEPOL

De acordo com as atribuições conferidas a mim, aprovo o Estudo Técnico Preliminar apresentado.

LILIAN ABREU DE OLIVEIRA CORTES

Ordenadora de Despesas

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ETP.pdf (1.55 MB)

Anexo I - ETP.pdf



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

ANEXO III – IN Nº 5/2017

PREGÃO ELETRÔNICO ALF/STS Nº 07/2022
(Processo Administrativo nº 11128.720875/2022-25)

INTRODUÇÃO

A Instrução Normativa 40, de 22 de maio de 2020, dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital. Esse é um dos pontos inovadores da norma, pois até então não havia regulamentação de procedimentos para elaborar ETP relativo a bens e obras.

O escopo deste Estudo Técnico Preliminar - ETP é descrever a necessidade da Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto de Santos com relação à aquisição pretendida, que consiste em combustível náutico para as embarcações oficiais da Instituição.

I – DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERANDO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO

A missão da Receita Federal do Brasil (RFB) é “administrar o sistema tributário e aduaneiro, contribuindo para o bem-estar econômico e social do país.” No intuito de cumpri-la, conta com os servidores da “Carreira Tributária e Aduaneira da Receita Federal do Brasil”, que, na forma da legislação vigente, exercem as atividades que lhes competem.

Dentre os Processos de Trabalho executados pela RFB estão a fiscalização e o combate aos ilícitos tributários e aduaneiros, que abrange, por sua vez, outros processos importantes, como, por exemplo, a realização de ações de vigilância e repressão. Tais ações estão relacionadas às operações de repressão ao contrabando e descaminho (realizadas tão somente pela RF ou em parceria com outros órgãos), à pesquisa e seleção de alvos e, ainda, ao monitoramento dos Recintos Alfandegados de zona primária e secundária, das zonas de vigilância aduaneira e das zonas primárias.

Para garantir a operacionalização integral dessas atividades finalísticas da Administração de forma contínua, eficiente e confiável, faz-se necessário disponibilizar recursos imprescindíveis ao seu pleno funcionamento. Dentre os recursos utilizados pela ALF/STS no desempenho da atividade de vigilância e repressão aduaneira, estão 2 (duas)



ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE SANTOS

lanchas Shaefer Phantom e 1 (um) bote de apoio, os quais, operando na área de jurisdição desta Alfândega, proporcionam maior mobilidade e agilidade aos agentes públicos responsáveis pela vigilância das embarcações mercantes que operam no Porto de Santos.

Nesse sentido, de acordo com o Documento de Formalização da Demanda, encaminhado pela Equipe de Operações Especiais Marítimas (EQPEM) desta Alfândega, é necessária a disponibilidade contínua de abastecimento de combustível marítimo, objeto de fundamental importância para o bom desempenho das operações desenvolvidas com o uso dessas embarcações, proporcionando prontidão, amplitude e agilidade à atividade de vigilância e repressão aduaneira no Porto de Santos. Os combustíveis requeridos são os seguintes:

- 1 – Óleo Diesel Marítimo Premium (Óleo Diesel Marítimo A – DMA): 60.000 Litros
- 2 – Gasolina Comum: 50 litros

A respeito do objeto dessa contratação, é importante mencionar que compete à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP – regular as atividades relativas ao abastecimento nacional de combustíveis, definido, na Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, como de utilidade pública, o que se exerce, entre outros, por meio do sistema de outorga de autorizações.

Nesse sentido, nos termos do art. 6º da Resolução nº 41, de 5 de novembro de 2013:

Art. 6º A atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos somente poderá ser exercida por pessoa jurídica constituída sob as leis brasileiras que atender, em caráter permanente, aos seguintes requisitos:

- I - possuir autorização de revenda varejista de combustíveis automotivos outorgada pela ANP; e
- II - atender, em caráter permanente, ao disposto nesta Resolução.
- III - comprovar a contratação do laboratório credenciado de sua região, no âmbito do Programa de Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis (PMQC), para realização das análises físico-químicas indicativas da qualidade dos combustíveis líquidos revendidos. (Inciso acrescentado pela Resolução ANP Nº 790 DE 10/06/2019).

Os combustíveis automotivos, nos termos do art. 4º, I, da referida Resolução, compreendem os seguintes: etanol hidratado combustível (ou aditivado); etanol hidratado combustível Premium (ou aditivado); gasolina comum tipo C (ou aditivada); gasolina Premium tipo C (ou aditivada); óleo diesel B S500 (ou aditivado); óleo diesel B S10 (ou aditivado); óleo diesel marítimo A; ou gás natural veicular (GNV); (Redação dada pela Resolução ANP nº 57/2014).

Ressalta-se que a Resolução ANP nº 41/2013 passou por diversas atualizações:

- Resolução Nº 858/2021
- Resolução Nº 855/2021



ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE SANTOS

- Resolução Nº 790/2019
- Resolução Nº 765/2018
- Despacho Nº 700/2018
- Despacho Nº 671/2018
- Resolução de Diretoria RD Nº 562/2017
- Resolução Nº 9/2016
- Resolução de Diretoria RD Nº 39/2015
- Resolução Nº 57/2014
- Resolução Nº 35/2014
- Resolução Nº 20/2014

A versão atualizada da norma foi obtida no endereço <<https://atosoficiais.com.br/anp/resolucao-n-41-2013?origin=instituicao&q=41>> e será anexada aos autos do processo.

Atualmente, o abastecimento das embarcações em operação nesta Alfândega se dá por meio da Ata de Registro de Preços ALF/STS nº 01/2021, decorrente do Pregão Eletrônico ALF/STS nº 02/2021, com o término de sua vigência previsto para o dia 09 de setembro de 2022.

II – DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS E SUFICIENTES À ESCOLHA DA SOLUÇÃO, PREVENDO CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

Os requisitos necessários à escolha da solução são os seguintes:

1. A empresa deverá fornecer o Óleo Diesel Marítimo A – DMA – conforme especificações da Resolução ANP nº 52/2010, com alto índice de cetano (mínimo de 50) e a concentração de enxofre máxima de 10 ppm (partes por milhão) – com qualidade similar ou superior à do óleo diesel “VERANA”, da Petrobras S/A; A Resolução ANP nº 52/2010 estabelece as especificações dos combustíveis aquaviários comercializados pelos diversos agentes econômicos em todo o território nacional. A versão atualizada desta Resolução pode ser obtida no endereço eletrônico: <<https://atosoficiais.com.br/anp/resolucao-n-52-2010?origin=instituicao&q=52>> e será anexada aos autos do processo. A adoção do Óleo Diesel “VERANA”, da Petrobras S/A, como parâmetro de qualidade mínima para o combustível a ser adquirido tem como motivação as suas características técnicas (disponíveis no sítio eletrônico <<https://petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/produtos/maritimos/diesel-verana>>), as quais proporcionam maior desempenho e conservação dos motores das embarcações, menor emissão de poluentes no meio ambiente e maior rapidez nos abastecimentos, pela redução da formação de espuma. Tal combustível é o



ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE SANTOS

atualmente utilizado nas embarcações da ALF/STS e tem apresentado excelentes resultados nas atividades desenvolvidas pelos seus operadores. Seu padrão de qualidade representa a melhor opção para o abastecimento das embarcações utilizadas pela ALF/STS, patrimônio público sob sua responsabilidade de guarda e conservação.

2. A gasolina comum, para ser utilizada no bote da embarcação, deverá estar de acordo com as especificações da Resolução ANP nº 807/2020, especialmente quanto a quantidade de etanol e chumbo permitidos. A Resolução ANP nº 807/2020, que estabelece a especificação da gasolina de uso automotivo e as obrigações quanto ao controle da qualidade a serem atendidas pelos agentes econômicos que comercializarem o produto em todo o território nacional, pode ser obtida no endereço eletrônico: <<https://atosoficiais.com.br/anp/resolucao-n-807-2020-estabelece-a-especificacao-da-gasolina-de-uso-automotivo-e-as-obrigacoes-quanto-ao-controle-da-qualidade-a-serem-atendidas-pelos-agentes-economicos-que-comercializarem-o-produto-em-todo-o-territorio-nacional?origin=instituicao>> e será anexada aos autos do processo.
3. A empresa deverá apresentar autorização de revenda varejista de combustíveis, outorgada pela ANP, nos termos da Resolução ANP nº 41, de 5 de novembro de 2013. Tal exigência se justifica por assegurar a qualidade e o adequado desempenho dos combustíveis.
4. A empresa deverá comprovar qualificação técnica por meio de declaração firmada pelo licitante de que possui equipamentos em plenas condições de funcionamento e atendimento à estratégia de fornecimento estabelecida no item 6 do Termo de Referência, conforme modelo do Anexo IV do Edital.
5. A empresa deverá observar as normas legais de segurança a que estão sujeitas a atividade de distribuição dos produtos contratados.
6. A empresa deverá possuir posto de combustível ou pier flutuante, localizado nos Municípios de Santos ou Guarujá, a uma distância máxima de 10 quilômetros (5,4 milhas náuticas), por mar, a partir do ponto de estacionamento das embarcações, que possibilite a atracação destas;
De acordo com o inciso XIV do art. 4º da Resolução ANP nº 41/2013, considera-se posto revendedor flutuante:

estabelecimento localizado em embarcação sem propulsão, que opera em local fixo e determinado pela Capitania dos Portos que revende, a varejo, combustíveis automotivos e abastece tanque de consumo de embarcações marítimas, lacustres e fluviais ou recipientes que observem o disposto no parágrafo único do art. 17 e o art. 34-A desta Resolução; óleo lubrificante acabado envasado e a granel; aditivo envasado para combustíveis líquidos; aditivo envasado para óleo lubrificante acabado; graxas lubrificantes envasadas e querosene iluminante a granel ou envasado; (Redação dada pela Resolução ANP nº 57/2014)



ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE SANTOS

7. A empresa deverá manter o posto de combustível aberto durante todos os dias da semana, em horário comercial (de 8h a 18h), durante todo o ano.
8. O prazo de vigência da contratação será de 12 meses, que consiste no prazo máximo de validade da Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 12 do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013.

Adicionalmente, cumpre esclarecer que o Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses, de acordo com o art. 3º do referido Decreto:

- I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;
- II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;
- III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou
- IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

No caso da contratação pretendida, pode-se dizer que estão caracterizadas as hipóteses tratadas nos incisos I, II e IV.

III – LEVANTAMENTO DE MERCADO

Para a aquisição de combustíveis o mercado oferece como possibilidades:

1. A contratação direta junto a postos de combustíveis: a partir da estimativa de consumo pode ser realizada licitação com o critério de julgamento do menor preço ofertado por item ou o maior desconto sobre o preço praticado em cada região, considerando a tabela divulgada pela ANP — Agência Nacional de Petróleo. Frise-se que, no caso do combustível marítimo, a ANP não realiza a divulgação desse preço médio, de modo que se torna inviável a adoção do critério de julgamento por maior desconto, entretanto, tal fato não inviabiliza a realização de processo licitatório para o objeto.
2. O outro modelo usual no mercado é o de contratação de empresa especializada no gerenciamento de rede credenciada para abastecimento das embarcações, que visa atender à demanda da Administração no local em que a necessidade surgir. Neste modelo de contrato, determinada empresa gerencia para terceiros o serviço de abastecimento mediante cartões personalizados com senhas individuais, que podem ser utilizados em qualquer posto da rede credenciada. Ao final do período contratualmente estipulado (mensalmente), a



ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE SANTOS

contratada expedirá o faturamento dos abastecimentos realizados. A Administração pagará à gerenciadora, não integrando o contrato administrativo as obrigações desta para com os postos de combustíveis (rede credenciada), que serão remunerados com base em contrato de direito privado firmado com a empresa de gerenciamento. Assim, a Administração transfere à empresa especializada, vencedora da licitação, o gerenciamento informatizado do fornecimento de combustíveis para abastecimento de sua frota.

Embora o modelo de contratação de empresa responsável pelo gerenciamento de rede credenciada para abastecimento seja bastante interessante, tendo sido amplamente utilizado no caso do fornecimento de combustíveis para a frota de veículos terrestres, no caso do combustível náutico há algumas dificuldades na implantação. Por exemplo: a Alfândega dispõe de apenas duas embarcações, as quais não operam simultaneamente, de modo que não se considera necessário arcar com o custo de um serviço de gerenciamento, pois a própria Administração consegue controlar os quantitativos abastecidos; além disso, as embarcações não operam em locais muito distantes, navegando apenas no entorno no Porto de Santos, de modo que não é necessário (e nem viável conforme será mencionado ainda neste Estudo) que ocorra o abastecimento em postos localizados em outros municípios.

Nesse sentido, a solução que se propõe para atender a demanda desta Alfândega é a aquisição dos combustíveis diretamente do posto de abastecimento, o qual será definido mediante procedimento licitatório.

Realizou-se, ainda, um levantamento dos postos da Região que possuem o combustível requerido. Pode-se perceber que são poucos os postos de abastecimento que oferecem o combustível náutico e as condições para o abastecimento de embarcações. E dentre esses postos encontrados, a maior parte não atende aos requisitos da licitação por estarem em locais de difícil acesso às embarcações da Alfândega. O resultado da pesquisa encontra-se anexo a este ETP.

IV – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta é a aquisição dos combustíveis diretamente do posto marítimo de abastecimento, definido através de procedimento licitatório. A licitação será realizada em grupo único, formado por 2 (dois) itens – óleo diesel marítimo e gasolina comum – conforme indicará o Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem. As justificativas para o não parcelamento do objeto encontram-se em tópico específico deste estudo preliminar (item VII).

Os materiais a serem adquiridos caracterizam-se como “bem comum”, uma vez que, nos termos do parágrafo único do Art. 1º da Lei nº 10.520/2002, seus padrões de desempenho e qualidade são objetivamente definidos pelo Edital deste certame, por meio



ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE SANTOS

de especificações usuais no mercado. Dessa forma, a modalidade de licitação será o pregão.

A empresa deverá fornecer o Óleo Diesel Marítimo A – DMA – conforme especificações da Resolução ANP nº 52/2010, com alto índice de cetano (mínimo de 50) e a concentração de enxofre máxima de 10 ppm (partes por milhão) – com qualidade similar ou superior à do óleo diesel “VERANA”, da Petrobras S/A.

A gasolina comum, para ser utilizada no bote da embarcação, deverá estar de acordo com as especificações da Resolução ANP nº 807/2020, especialmente quanto a quantidade de etanol e chumbo permitidos.

Os fornecimentos deverão ser realizados em posto marítimo de abastecimento, o qual, para permitir a viabilidade dessas operações, deverá operar nos municípios de SANTOS-SP e/ou GUARUJÁ-SP, uma vez que as vias atualmente existentes não permitem às embarcações operadas o acesso ao Município de São Vicente.

Isso se justifica pelo fato de que, para acessar o município de São Vicente, as embarcações necessitam passar por debaixo da Ponte Pênsil, entretanto, as lanchas da RFB não conseguem passar, especialmente quando a maré está alta. Eventual desvio, ou adoção de rota de abastecimento contemplando locais mais distantes, tornaria inviável a operação, pois a grande quantidade de combustível que se gastaria apenas para realizar esse deslocamento para abastecer as lanchas tornaria o custo muito elevado, sem contar o dispêndio de tempo da equipe, que precisa estar de prontidão caso haja algum evento (denúncia, por exemplo) ou outras intercorrências.

V – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES, ACOMPANHADAS DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE

1 – Óleo Diesel Marítimo Premium: 60.000 Litros

2 – Gasolina: 50 litros

O quantitativo do óleo diesel foi estimado com base nos consumos dos anos anteriores, no consumo médio dos motores das embarcações (que pode chegar a 400 litros por dia) e na possibilidade de operação simultânea das 2 lanchas (atualmente opera-se com 1 das lanchas por dia).

O grupo marítimo participa de operações conjuntas com a Marinha, Polícia Federal e Polícia Militar, que podem incrementar consideravelmente o gasto de combustível, decorrente do aumento do número de horas de navegação por dia.

Quanto ao barco de apoio, cumpre informar que é pouco utilizado nas operações, o que justifica o baixo consumo de gasolina comum.

Conforme consta no DFD, o histórico de consumo do óleo diesel é o seguinte:



ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE SANTOS

Histórico de Consumo							
Item 01 - Óleo Diesel							
CONSUMO MENSAL - LITROS							
2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
2028,107	1017,732	2070,841	750	1800	2018,591	3250	1950
1700,207	1471,949	1340,942	1400	3450	2450	2683,231	800
3049,208	2044,276	3242,257	1960	1700	900	1500	3750
5657,719	966,918	436,183	1985,989	2917	870,321	2946,981	650
1843,275	2730	2811,269	800	1800	1850	1900	2020,13
841,819	691,377	1426,927	700	2750	2650	2100	
2914,059	1805,274	2401,879	1800	1142,34	1700	1700,21	
2415,109	2100,802	2358,467	2100	1600	2800	2600	
1034,599	483,431	1150,71	1000	1849,209	3100	4458,93	
3184,258	920,628	2700	2530	4250	1600,23	1400	
2999,478	1270,832	1050	700	2379,66	3245,951	1750	
1785,128	2143,171	950	2027	2050	2449,321	3250	
29.452,97	17.646,39	21.939,48	17.752,989	27.688,209	25.634,414	29.539,35	9.170,13
CUSTO MENSAL E TOTAL(R\$)							
2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
6.368,53	3.548,83	7.351,47	2.662,50	9344,2	11597,25	18695,75	14466,85
5.661,69	5.082,47	4.760,33	4.970,00	17254	13906,5	16346,87	5935,2
10.191,02	7.199,65	11.510,00	6.958,00	8613,75	4922,1	9738	28930,2
18.917,57	3.248,87	1.548,44	7.050,26	15223,51	4529,15	19131,8	5193,5
6.150,78	9.790,90	9.980,00	2.840,00	9663,15	8878,15	12561,8	16567,69
2.822,62	2.530,44	5.065,59	2.485,00	14477,75	12198,9	14109,9	
9.770,84	6.434,71	8.526,67	6.390,00	6059,04	8086,1	11452,22	
8.097,86	7.480,35	8.372,55	7.455,00	8386,1	13972	17637,4	
3.469,01	1.774,19	4.058,02	3.550,00	9642,23	15810	30231,07	
10.932,54	3268,23	9585	12.122,00	24278,15	8127,57	9677,2	
10.317,22	4.562,48	3.737,50	3.709,30	13204,73	16795,6	12944,75	



ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE SANTOS

6.221,60	7.608,23	3.372,50	10.740,81	11554,95	13479,28	24040,25	
98.921,28	62.529,35	77.858,07	70.932,86	147.701,56	132.302,6	196.567	71.093,4

Ressalta-se que as quantidades constantes nos itens 1 e 2 são estimativas e, conforme mencionado, estão sujeitas às variações decorrentes das operações marítimas efetuadas pela ALF/STS.

VI – ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADA DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE

A ANP possui um sistema de levantamento de preços (<https://preco.anp.gov.br>) no qual realiza a divulgação sintética dos preços praticados por diversos postos, em diversos municípios brasileiros, por determinados períodos.

Entretanto, o óleo diesel marítimo premium, objeto principal do processo licitatório, não está contemplado nesse sistema, conforme se verifica na tela abaixo:

anp.gov.br/include: x +

https://preco.anp.gov.br/include/Resumo_Semanal_Index.asp

anp Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis

CSA SLP SISTEMA DE LEVANTAMENTO DE PREÇOS

Você está em »

De 29/05/2022 a 04/06/2022

☐ BRASIL ☐ REGIÕES ☐ ESTADOS ☒ MUNICÍPIOS ☐ CAPITAIS

► **Selecione o Estado**

Sao Paulo ▼

► **Selecione o Combustível**

Glpi

Gnv

Gasolina Comum

Gasolina Aditivada

Óleo Diesel

Óleo Diesel S10

Etanol Hidratado

Se não consegue visualizar a imagem? [Clique aqui](#).

Processar

O período indicado representa a semana de referência do dado pesquisado e disponibilizado pela ANP, respeitando o critério histórico de divulgação e a metodologia da pesquisa.
Não houve pesquisa de preços entre 23/8/2020 e 17/10/2020.
Para mais informações, acesse <https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/precos-e-defesa-da-concorrancia/precos/precos-revenda-e-de-distribicao-combustiveis/levantamento-de-precos-de-combustiveis>

Desse modo, embora o ideal fosse a determinação de um preço de referência com base nessas tabelas divulgadas pela ANP, o que permitiria, inclusive, realizar o julgamento da licitação pelo critério do maior desconto, verifica-se que, nesse caso concreto, não será possível a adoção de tal procedimento.



ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE SANTOS

Assim, em cumprimento à Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 05 de agosto de 2020, foi realizada pesquisa de preços dos itens a serem adquiridos para a obtenção do preço médio de referência a ser adotado na licitação, com base nos seguintes parâmetros:

1) Painel de Preços do Governo Federal na Internet (<https://paineldepregos.planejamento.gov.br/>): A pesquisa retornou, para o ano de 2022, uma contratação realizada no Estado de SP no mês de janeiro (Ministério dos Transportes / Autoridade Portuária de Santos), para óleo diesel marítimo premium. Entretanto, conforme aponta o IBGE, o IPCA (Índice de Preço ao Consumidor) do óleo diesel acumulado até maio desse ano chegou a 28,49%, dessa maneira, tendo em vista o aumento dos preços ao longo dos meses, não se considera prudente utilizar valores de janeiro de 2022 para compor o preço de referência. Para o ano de 2021 foram encontradas apenas contratações realizadas em outro Estado. Também, em função da alta variação de preços de região para região, estas contratações não servirão de base para compor o preço de referência;

2) Portal da Agência Nacional do Petróleo (ANP) na Internet (www.anp.gov.br): A pesquisa retornou valores médios levantados para ÓLEO DIESEL e para GASOLINA COMUM, junto a postos terrestres da Região; e

3) Fornecedores de combustível marítimo da Região: foram consultados vários postos de abastecimento marítimo do Estado de São Paulo, porém apenas 2 (dois) forneceram orçamentos específicos para o ÓLEO DIESEL MARÍTIMO PREMIUM e para a GASOLINA COMUM. Apesar das reiteradas tentativas de contato por e-mail com os outros postos, não obtivemos resposta. A Série de preços coletados encontra-se na tabela abaixo:

ORÇAMENTOS PARA ÓLEO DIESEL MARÍTIMO "PREMIUM" E GASOLINA COMUM					
ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE (litros)	PREÇO UNITÁRIO (por litro)		PREÇO MÉDIO
			Marina Astúrias (Sion Posto)	Iate Clube de Santos (Tanser)	
1	ÓLEO DIESEL MARÍTIMO PREMIUM, com qualidade igual ou superior à do óleo Diesel VERANA, da Petrobras.	60000	R\$ 8,430	R\$ 8,430	R\$ 8,430
PREÇO TOTAL DO ÓLEO DIESEL (R\$)			(60.000 x preço médio)		R\$ 505.800,00
2	GASOLINA COMUM	50	R\$ 9,770	R\$ 9,300	R\$ 9,535
PREÇO TOTAL DA GASOLINA (R\$)			(50 x preço médio)		R\$ 476,75
PREÇO TOTAL (R\$)					R\$ 506.276,75

Porém, também não se considera ideal que o preço de referência seja somente este pesquisado junto aos fornecedores da região, tendo em vista as variações de preços



ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE SANTOS

às quais está sujeito o setor de fornecimento de combustíveis. Nesse sentido, o valor de referência praticado neste certame terá como parâmetros:

1. o preço médio praticado para o ÓLEO DIESEL COMUM e para a GASOLINA COMUM, na Cidade do Guarujá-SP (conforme a localidade dos postos fornecedores pesquisados), divulgados pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) na semana que antecede a licitação ou o abastecimento;
2. orçamentos obtidos junto a fornecedores da região que comercializam os combustíveis objeto da licitação.

Para isso, estabeleceu-se uma razão entre os preços divulgados pela ANP (para o óleo diesel comum e gasolina comum, no período de 12/06/2022 e 18/06/2022) e os valores praticados no mercado, na região em que ocorrerá o fornecimento, considerando-se o tipo de combustível a ser contratado (óleo diesel marítimo premium e gasolina comum, no período de 13/06/2022 a 17/06/2021). Adotou-se a média dos preços obtidos na pesquisa junto aos fornecedores.

Sendo assim, com base nas informações obtidas no sítio da ANP e nos orçamentos de empresas do ramo, foram obtidos os seguintes índices:

ÍNDICE APLICÁVEL PARA AJUSTE DE PREÇOS – ÓLEO DIESEL MARÍTIMO PREMIUM					
MUNICÍPIO	Média dos Preços Pesquisados (R\$)	Preço Médio Divulgado pela ANP (R\$) – 12/06/22 a 18/06/22	Razão	ÍNDICE DE AJUSTE	Diferença (%)
Guarujá-SP	R\$ 8,43	R\$ 7,09	8,43/7,09	1,1890	18,90%

ÍNDICE APLICÁVEL PARA AJUSTE DE PREÇOS – GASOLINA COMUM					
MUNICÍPIO	Média dos Preços Pesquisados (R\$)	Preço Médio Divulgado pela ANP (R\$) – 12/06/22 a 18/06/22	Razão	ÍNDICE DE AJUSTE	Diferença (%)
Guarujá-SP	R\$ 9,535	R\$ 7,316	9,535 / 7,316	1,3033	30,33%

Cumprе destacar o seguinte:

- 1) O índice calculado objetiva ajustar os preços médios divulgados pela ANP aos preços médios calculados por meio dos orçamentos obtidos pela ALF/STS junto a fornecedores locais;
- 2) Os orçamentos obtidos junto aos fornecedores da região serão anexados aos autos do processo;



3) Os preços médios disponibilizados pela ANP se referem aos praticados para diesel comum e gasolina comum, o que reforça a necessidade de se adotar o índice de ajuste para sua aplicação ao preço do combustível que será licitado; e

4) Os preços médios disponibilizados pela ANP foram obtidos por meio do endereço eletrônico na internet: <https://preco.anp.gov.br> para o município do Guarujá, considerando-se o Resumo I – Semanal, no período de 12/06/2022 a 18/06/2022.



anp
Associação Nacional
de Distribuidores
de Gasolina Recombustíveis



CSA

SLP SISTEMA DE LEVANTAMENTO DE PREÇOS

Você está em »

Síntese dos Preços Praticados - GUARUJÁ

Resumo I - GASOLINA COMUM R\$/l

Período de: 12/06/2022 a 18/06/2022

RELAÇÃO DE POSTOS PESQUISADOS					
RAZÃO SOCIAL	ENDEREÇO	BAIRRO	BANDEIRA	PREÇO VENDA	DATA COLETA
Auto Posto Tortugas Ltda	Avenida Dom Pedro I, 1971	Enseda	BRANCA	6,890	14/06/2022
Centro Automotivo Mar Azul Ltda	Avenida Dom Pedro I, 1887	Enseda	IPIRANGA	6,890	14/06/2022
Carrefour Comercio e Industria Ltda	Avenida Dom Pedro I, 2131 Setor I	Jardim Belmar	IPIRANGA	6,990	14/06/2022
Auto Posto Beach Blue Ltda	Avenida Santos Dumont, 555	Vila Santo Antonio	BRANCA	6,990	14/06/2022
Companhia Brasileira de Distribuicao	Avenida Dom Pedro I, 1711 Lote 9 Quadraf	Enseda	IPIRANGA	6,990	14/06/2022
Auto Posto Ferry Boat do Guarujá Ltda	Avenida Doutor Adhemar de Barros, 1500	Jardim Santa Maria	BRANCA	6,990	14/06/2022
Centro Automotivo By Grace Ltda	Avenida Adhemar de Barros, 586	Vila Santo Antonio	BRANCA	6,990	14/06/2022
Auto Posto La Caniza Ltda	Avenida Adhemar de Barros, 2795	Vila Santa Rosa	RAIZEN	7,490	14/06/2022
Novo Porto Auto Posto Ltda	Avenida Dom Pedro I, 941	Centro	VIEIRA ENERGIA	7,490	14/06/2022

Exportar

PREÇO VENDA	
MÉDIA	7,316
DESVIO PADRÃO	0,469
VALOR MÍNIMO	6,890
VALOR MÁXIMO	8,390

Tendo sido estabelecido o índice, conforme parâmetros acima, será construído o preço de referência da seguinte forma:



ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE SANTOS

a) para o óleo diesel marítimo: a base de cálculo será igual ao preço médio do óleo diesel comum, divulgado no site da ANP (<https://preco.anp.gov.br/>) para o município do Guarujá-SP, **na semana anterior à da licitação ou à do abastecimento** (Resumo I – Semanal), multiplicado por **1,1890** (índice de ajuste).

Base de cálculo do óleo diesel marítimo:

preço médio do óleo diesel comum divulgado na tabela ANP na semana anterior X **1,1890**

b) para a gasolina: a base de cálculo será igual ao preço médio da gasolina comum, divulgado no site da ANP (<https://preco.anp.gov.br/>) para o município do Guarujá-SP, **na semana anterior à da licitação ou à do abastecimento** (Resumo I – Semanal), multiplicado por **1,3033** (índice de ajuste).

Base de cálculo da gasolina comum:

preço médio da gasolina comum divulgado na tabela ANP na semana anterior X **1,3033**

Observação importante: Caso não conste no sítio da ANP o valor praticado para determinado combustível na semana anterior à licitação, serão adotadas as “Últimas Coletas” divulgadas pela ANP (<https://preco.anp.gov.br/>), considerando-se o município do Guarujá.

A presente metodologia para a determinação do Preço de Referência, assim como para o valor a ser adotado pela administração no decorrer da execução do objeto, tem como objetivo a obtenção de um parâmetro oficial proporcionado pelos preços médios do combustível comum, divulgados pela ANP para Santos-SP e/ou Guarujá-SP. Além disso, por meio da aplicação dos índices acima, a Administração objetiva respeitar as condições “de mercado” regionais, apresentadas pelos orçamentos coletados na fase prévia ao Pregão, ajustando os preços daquela Agência aos praticados na região onde ocorrerá a contratação, para o tipo e qualidade do combustível requerido, em função de sua utilização.

Cumprir destacar que os valores resultantes da aplicação da metodologia acima referida não poderão ultrapassar os valores estipulados nas bombas em operação no estabelecimento do fornecedor, quando dos abastecimentos, sendo que, nesse caso, serão considerados para cobrança/pagamento os valores das bombas.



ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE SANTOS

VII - JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO, SE APLICÁVEL

A opção pelo agrupamento dos itens justifica-se por razões técnicas, econômicas e logísticas, conforme detalhadas a seguir.

A gasolina comum (item 2) é utilizada para o abastecimento do bote auxiliar, que tem a função de navegar pequenos trechos em situações eventuais, sendo pouco utilizado nas operações, de modo que o consumo do combustível é baixo e esporádico. Tendo em vista que a quantidade e o valor estimado para esse item são pequenos, e que são requeridas instalações específicas – posto flutuante – para o abastecimento (razões técnicas), o deslocamento do bote para abastecimento em posto distinto das lanchas é inviável operacionalmente (razões logísticas) e resultaria na elevação de custos (razões econômicas).

Ressalta-se que o agrupamento dos itens em lote único traduz-se no fornecimento dos dois tipos de combustível por uma única empresa, porém, o caráter competitivo do certame não ficará comprometido, uma vez que os postos especializados estão habilitados a fornecer a totalidade dos itens.

VIII - CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Além do combustível apropriado, o pleno desempenho das lanchas e do bote de apoio utilizados nas atividades de vigilância e repressão realizadas pela ALF/STS requer, ainda, serviços de manutenção, os quais são realizados pela empresa Helecape – Serviços Navais Ltda - ME, nos termos do Contrato 05/2019, decorrente do Pregão ALF/STS nº 04/2018, bem como os serviços de garageamento, realizados pela empresa Supmar Suprimentos Marítimos LTDA, nos termos do Contrato 06/2022, decorrente do pregão nº 04/2022.

IX – DEMONSTRAÇÃO DO ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE

De acordo com o Plano Estratégico Institucional 2021/23, A Receita Federal do Brasil subsidia o Poder Executivo Federal na formulação das políticas tributária e aduaneira brasileiras, previne e combate à sonegação fiscal, a “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores, o contrabando, o descaminho, a contrafação, a pirataria, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o tráfico internacional de armas de fogo e munições e outros ilícitos aduaneiros.



ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE SANTOS

Um dos objetivos estratégicos definidos para o período de 2021-2023 consiste em “ampliar a segurança e agilidade no comércio exterior”: a segurança e a agilidade no comércio exterior são fatores críticos para a prosperidade do país. Em um mundo sujeito às mudanças que vêm ocorrendo no comércio internacional, no fluxo de viajantes e nos crimes transnacionais, é imprescindível o empenho da Instituição em ampliar o investimento em tecnologia, propiciar celeridade no fluxo das importações e exportações, combater os ilícitos internacionais e promover a intensa troca de informações para a proteção da sociedade.

Nesse contexto, inserem-se algumas das Iniciativas Nacionais elencadas no Manual de Execução Orçamentária 2022, como as “Atividades Náuticas” da SUANA, na qual se insere, por sua vez, a contratação do combustível para as embarcações a que se refere este Estudo Técnico Preliminar.

Frise-se que o valor estimado da contratação está contemplado no Planejamento Anual de Compras de 2022 da ALF/STS:

35	Iniciativa Estratégica	Material	ÓLEO DIESEL	461555	R\$ 360.000,00	01/01/2022	Incluído no PAC	ALF STS
----	------------------------	----------	-------------	--------	----------------	------------	-----------------	---------

X – RESULTADOS PRETENDIDOS, EM TERMOS DE EFETIVIDADE E DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL

Com a contratação de empresa responsável pelo fornecimento de combustível para as embarcações da ALF/STS, através de Ata de Registro de Preços válida pelo período de 1 (um) ano, espera-se o atendimento tempestivo das demandas do Grupo de Operações Especiais Marítimas. A atuação desse Grupo é essencial para a realização de processos de trabalho da RFB relacionados à fiscalização e combate aos ilícitos tributários e aduaneiros, como, por exemplo, a realização de ações de repressão ao contrabando e descaminho (realizadas tão somente pela RF ou em parceria com outros órgãos), monitoramento dos Recintos Alfandegados de zona primária e secundária, das zonas de vigilância aduaneira e das zonas primárias, entre outras.

Outro resultado importante pretendido com a contratação é a redução do número de processos licitatórios e de processos de dispensa para aquisição constante de combustíveis, que é uma das vantagens da adoção do Sistema de Registro de Preços para a compra dos combustíveis demandados.



ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE SANTOS

XI – PROVIDÊNCIAS A SEREM TOMADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Não se vislumbra a necessidade de tomada de providências de adequações para a solução a ser contratada e o serviço prestado.

XII – POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS DE TRATAMENTO

De acordo com a Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, “as especificações para a aquisição de bens, contratação de serviços e obras por parte dos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional deverão conter critérios de sustentabilidade ambiental, considerando os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias-primas”.

Nesse sentido, foi realizada consulta ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, disponível no endereço <<https://www.gov.br/agu/pt-br/comunicacao/noticias/AGUGuiaNacionaldeContrataesSustentveis4edio.pdf>>, e foi verificado que o objeto que se pretende contratar não possui parâmetros de sustentabilidade específicos para serem aplicados no processo licitatório em questão, além dos exigidos pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) aplicados aos postos de combustíveis e aos combustíveis comercializados. Assim, ao se exigir que a contratada esteja de acordo com as normas da agência reguladora, já estão satisfeitas as condições de sustentabilidade aplicáveis a esse objeto.



ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE SANTOS

XIII – POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A VIABILIDADE E RAZOABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

O presente planejamento está em conformidade com os requisitos administrativos necessários ao cumprimento do objeto e atende adequadamente às demandas de negócio formuladas.

Diante do exposto, declara-se viável a contratação na forma pretendida.

À consideração superior.

Área Técnica (Requisitante)	Grupo de Logística
Alysson Ribeiro Lopes Matrícula nº 1878952	Carolina Pinto Louza Matrícula nº 1495374
<i>Documento datado e assinado digitalmente</i>	

De acordo. Encaminhe-se ao(a) Sr(a). Ordenador(a) de Despesas da Alfândega do Porto de Santos para apreciação.

Rafael Abdala Silva e Silva

Chefe do SEPOL

(Datado e assinado digitalmente)

De acordo com as atribuições conferidas no § 1º, III, do artigo 364 do Anexo I da Portaria nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no D.O.U. em 27 de julho de 2020, delegadas à Ordenadora de Despesas desta Unidade por meio da Portaria ALF/STS nº 176/2020, publicada no D.O.U em 04 de novembro de 2020, e em cumprimento ao que determina o Inciso II do art. 14 da Lei nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, aprovo o Estudo Técnico Preliminar apresentado.

Lilian Abreu de Oliveira Cortes

Ordenadora de Despesa

(Datado e assinado digitalmente)